

## Japonesa aposta em ações culturais

“Fazendo essa prática há três benefícios: defesa pessoal, movimento corporal e equilíbrio mental”, explica Yamamoto.

O público conferiu as três fases da arte marcial. A técnica ativa, que consiste em socos e pontapés; a passiva, quando a pessoa se defende agarrada em alguns pontos do agressor - como o pulso; e a terceira etapa é o conhecimento dos pontos vitais.

Yamamoto já conhece a Feira da Colônia Japonesa, em Ivoti, mas é a primeira vez que se apresentou com alguns de seus alunos. Quem quiser conhecer mais sobre essa arte marcial poderá ter uma aula experimental, que ocorre em Porto Alegre. Basta ligar para (51) 99809-9102.

### Uma vez ao mês

Uma vez ao mês, a feira ocorre sempre no primeiro domingo do mês, com opções de gastronomia como peixe assado e empada, sushi e tofu, além de artesanato de bambu, hortaliças e plantas para jardinagem. Também há produtos colocados à venda, como doces coloniais, feitos por artesãos moradores da colônia. As atividades gratuitas da associação são realizadas toda semana na Rua Sa-

**A** Fundação Escola Técnica Liberal do Salzano Viera da Cunha, de Novo Hamburgo, entrou na discussão sobre o projeto de lei complementar (PLC) que permite que técnicos industriais de nível médio, com registro no conselho regional da categoria, sejam responsáveis por projetos de Plano de Prevenção e Proteção contra Incêndios (PPCIs) de espaços de até 80 metros quadrados. O PLC 039/2020 foi proposto pelo deputado estadual Papparico Bacchi e pode ser votado nesta terça, 26, na Assembleia. A proposta que muda a Lei Kiss coloca, de um lado, técnicos industriais, e de outro, engenheiros e arquitetos.

Com mais de 400 técnicos formados anualmente, a Liberato defende a flexibilização. “Os técnicos podem fazer PPCI de pequenos empreendimentos, e isso está nas atribuições e leis correspondentes. E mesmo nos limites pequenos todos os projetos de PPCI são fiscalizados pelos bombeiros. E não importa se foi feito por engenheiro, arquiteto ou técnico”, argumenta o diretor executivo da Liberato, Ramon Hans, que é técnico em eletrotécnica, engenheiro mecânico e mestre em engenharia mecânica.

### Uma questão formal

Para Hans, a questão é uma reparação formal ao que já era feito antes. “A Lei Kiss diz que precisa apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e isso é um documento do Crea (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia). O Conselho dos técnicos foi aprovado após a Lei Kiss e foi preciso emitir uma sigla diferente, embora seja o mesmo tipo de documento. É um problema formal que não teve como ser previsto. O PLC quer restituir este direito. É uma questão de atender o mercado e não de dividir”, argumenta Hans, que na sexta estava em sala de aula com turma da Eletrotécnica.

Outro ponto defendido



Diretor executivo da Liberato, Ramon Hans com uma das turmas do curso de Eletrotécnica

pelos técnicos é a competência por formação. “Os técnicos têm conteúdo para fazer estes projetos, dentro dos limites que já sabemos. Isso está regulamentado pela profissão. O técnico recebe na sua formação disciplinas ligadas a projetos prediais e com carga muito grande de horas práticas”, completa Hans.

Representam do nível acadêmico, por sua vez, fazem sustentação diferenciada. Para Ângela Graeff, professora de Engenharia Civil e coordenadora do Curso de Especialização em Engenharia de Segurança contra Incêndio na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), é preciso conhecimento avançado para se responsabilizar por PPCIs.

### Segurança no foco

“Na Engenharia tem a formação desde conhecimentos básicos, com química, física, cálculo, e depois vêm conteúdos profissionalizantes, intermediários e os mais avançados. O projeto de segurança contra incêndio leva em consideração os conhecimentos avançados. Na Ufrgs, temos disciplina voltada à segurança contra incêndio. Não é só falar em extintor, é ter conhecimento avançado sobre o material de construção, sobre dimensionamento estrutural, sobre conceito de compartimentação, rotas de fuga, sinalização de emergência. O que me preocupa ao fim de tudo é a segurança dos usuários”, observa Ângela.

## + Crea e Cau em oposição ao conselho regional de técnicos

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo (Cau-RS) e o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea-RS) têm se mobilizado para que o PLC 039/2020 não seja aprovado.

“O Crea e o Cau não querem atacar nenhum técnico. Não queremos ficar debatendo quem tem mais capacidade. O que está em jogo é sim- plesmente a capacidade de

metros quadrados, tem outras restrições, o que eles poderiam fazer não envolve PPCI”, afirma a presidente do Crea, Nancy Walter.

comenta Flores, que diz assustar a repercussão que a proposta tomou. “Estão usando exemplo da Kiss, mas o técnico nem passaria por um PPCI”, diz.

individualização, perdemos o ru...  
As conseq...  
Inadmissí...  
privadas), pol...  
Auxílio Social...  
de prestígio...  
cotidiano re...  
permitted tal...  
Fechar a...  
nosso frac...  
Como e...  
autodenom...  
oprimido pr...  
e rechaçad...  
qual o mes...  
em que a c...  
Há an...  
determina...  
falta de...  
ensiname...  
os colega...  
Foram...  
dentro do...  
Certar...  
Tentativa...  
“providen...  
Mas, c...  
Brasil, o...  
financeir...  
“É isso...  
Heran...  
outros...  
Nós c...  
dedicacã...  
estrutur...  
sensive...  
pela ev...  
Não ex...  
desres...  
Qu...  
desres...  
espec...  
exper...  
profis...  
são in...  
servi...  
unidi...  
N...  
Sind...  
da t...  
dêc...  
vizir...  
pac...  
par...  
der...  
lev...  
co...  
pr...  
se...  
co...  
N...  
n...  
in...  
p...  
v...